



Central de RESULTADOS

*Focada em
transformar o que é
estratégico
para o governo
em resultados
para os goianos*

Balanço do Ciclo
2015 - 2018





O exercício da gestão pública é sempre um quebra-cabeças de incontáveis peças.

Das definições de políticas públicas abrangentes às priorizações prementes em função da escassez de recursos;

Das diretrizes e estratégias essenciais mobilizadoras às ações específicas controláveis e monitoráveis;

Dos complexos problemas e anseios da sociedade às respostas governamentais em programas e projetos.

Muitas variáveis, múltiplos temas,

inúmeros envolvidos, incontáveis peças!

Fica quase impossível visualizar o que se está “montando”,

quando falta visão do todo, de onde se quer chegar, que peças estão faltando.

Sem estratégia definida e governança efetiva, a gestão pública estará sempre tentando montar um quebra-cabeças sem saber qual a figura final.

Sem se pautar em evidências objetivas, estará montando no escuro.

Um bom modelo de Gestão para Resultados busca ajudar a encaixar melhor algumas peças no tabuleiro, direcionando o olhar, focalizando estratégias, mobilizando atores, coordenando atuações, perseguindo entregas e resultados.

Este resumo da experiência da Central de Resultados, unidade de entregas instituída em 2015, no âmbito da Secretaria de Gestão e Planejamento de Goiás, com foco na agenda estratégica de governo, mostra o que deu liga e ficou bem encaixado, e o que ainda são peças soltas para dar sentido.

Divirta-se! Boa leitura!



Central de Resultados

Uma unidade de entregas entrega o quê mesmo?

Governança Efetiva

Pra não perder de vista o que é prioritário

Executivos Públicos

Nada acontece sem as pessoas

Agenda 2015-2018

Visão geral do programa GMCI e ganhos de gestão

Desafios da Renovação

O que vale a pena ser mantido?

Uma peça importante

Mensagem final

Adendo

Breve análise crítica da carteira 2015-2018

sumário






A Central de Resultados



O que é a Central?

Unidade de entregas focada na agenda estratégica de governo e composta por equipe de alta performance dedicada à implementação da carteira prioritária – neste governo, o programa **Goiás Mais Competitivo e Inovador**.


Unidade funcional do Núcleo de **Gestão para Resultados**, onde atuam os **Executivos Públicos** - servidores efetivos das carreiras de gestão, capacitados em liderança adaptativa e *soft skills* para atuar como agentes centrais da metodologia de gestão para resultados adotada.



O que a fundamenta?

Busca garantir a efetiva implementação da estratégia, com base nos conceitos de

Deliverology - o processo de definição de prioridades, medição e revisão de resultados leva os setores governamentais a cumprir seus compromissos,



e na abordagem **PDIA - Problem Driven Iterative Adaptation**: atuação orientada e adaptada à resolução de problemas.

Como é a atuação?

Assim, atua na implementação de um **governo baseado em evidências** e na produção de **informação confiável e útil** pautando do planejamento à tomada de decisão.

Os Executivos Públicos têm o papel de **cogestão** dos projetos juntos aos órgãos setoriais, numa nova forma de arranjo institucional, de viés matricial, pautada na atuação conjunta para atacar os entraves, fomentar a intersectorialidade, alavancar parcerias e potencializar os resultados.

O que dá liga?

O modelo de governança implantado, **estruturado em níveis decisórios** desde o operacional (equipes técnicas setoriais) até a alta direção (Governador e secretários), busca garantir que informação flua de baixo pra cima, e decisão, de cima pra baixo. **Garantir a efetividade e a confiabilidade desse fluxo** minimiza problemas de alinhamento e comunicação, acelera tratativas, encaminhamentos e resolução de entraves.



Modelo de Governança

Governança efetiva

O modelo de governança adotado, em níveis decisórios, é pautado na **responsabilização, envolvimento e accountability**, desde os níveis operacionais até o Chefe do Executivo.

Dada a complexidade do serviço público, as diferentes culturas e formas de atuação dos tantos órgãos envolvidos, o modelo tem como premissas ser

simples

pronto pra começar

adaptável

aplicável a diferentes órgãos, contextos e áreas

incremental

permite evoluir com a maturidade institucional



leve

fácil compreensão, adoção e envolvimento



G1 | Mensal

Governador, Secretários e Executivos Públicos

G2 | Quinzenal

Dirigente do órgão, Responsáveis de Programas e Executivos Públicos

G3 | Semanal

Responsáveis de Programa e Executivos Públicos nos órgãos

G4 | Rotina

Acompanhamento dos órgãos setoriais



MÊS TÍPICO



GOVERNANÇA NA PRÁTICA

instâncias decisórias

Quem decide o quê?



Dimensões da Governança

Para garantir sentido, integridade e efetividade, o modelo de governança adotado se baseia em, e se preocupa, ininterruptamente, com 7 dimensões, interdependentes e complementares.

1. Estratégia

Qual o propósito?
Que legado quero deixar?

Seleção de prioridades

2. Indicadores

Onde estamos?
Onde queremos chegar?

Definição de metas e resultados

3. Projetos

Qual o esforço necessário para implementação?
Como?

Concepção dos projetos

7. Comunicação

Quais são os públicos?
O que cada um deles precisa saber?

De que forma?

Seleção e tratamento de informação

4. Monitorar

Como controlar o andamento das coisas?

Evolução do desempenho

6. Instâncias

Quem decide o quê?
Qual o papel de cada um?

Definição do fluxo de decisão

5. Pessoas

Quem faz o quê?
Quem será responsável?
Quem reporta?

Definição de equipe dedicada



Foco da Governança

O modelo de governança em instâncias adotado **propicia visão geral e estratégica**, por tema, área ou órgão.

Além disso, **subsídia e qualifica as decisões em**

grandes FOCOS

Destaques e Avanços

- agenda positiva
- apontar principais resultados, entregas ou conclusões ocorridas no período

celebrar

Dúvidas e Pendências

- agenda tratativa
- abordar questões e pendências que precisem de resposta ou decisão

alinhar

Problemas e Atrasos

- agenda resolutiva
- deliberar principais problemas, dificuldades e entraves identificados

resolver

Próximos Passos

- agenda diretiva
- apontar próximas entregas, produtos, atividades previstas para o mês seguinte

dar ritmo



Executivos Públicos

Papel do Executivo Público

Atuação focada em tornar efetivo o modelo de governança proposto e, através de sua constância de execução, em cogestão junto às setoriais, garantir **atenção ininterrupta às prioridades** governamentais, assegurar **ritmo às entregas**, **senso de urgência** à resolução de entraves e gargalos, manutenção da **agenda prioritária**, e **comunicação estratégica** e institucional.

O papel pressupõe estar **insatisfeito com o status quo** para promover mudança de cultura e **enfrentar desafios e resistências**, num longo exercício de **equilíbrio entre ousadia, resiliência, aceitação e desconforto positivo**, como prevê o conceito de **liderança adaptativa**.

Perfil do Executivo Público

ser focado em **resultados**

olhar além de sua zona de conforto
ter habilidade para fazer

conexões diferentes das usuais
proatividade efetiva

saber ouvir e se **comunicar**
de forma clara e assertiva

ser sociável e
capaz de formar parcerias

2 Processos de Qualificação

Foco nas Carreiras de Gestão

Convite aberto

Inscrições sem burocracia

Análise de Perfil Comportamental

Avaliação de Estudo de Caso

Entrevistas desafiadoras

1º

processo 2015

118 inscritos

53% Gestores

34% Assistentes

13% Analista

25 órgãos

representados

75 entrevistados

43 qualificados

2º

processo 2017

84 inscritos

57% Gestores

26% Assistentes

17% Analistas

22 órgãos

representados

26 entrevistados

14 qualificados

ZERO
reais ou
benefícios
oferecidos
para atrair

Capacitações Diferenciadas

Imprescindível ressaltar a importância de **forte capacitação continuada** com enfoque em **pessoas, autoconhecimento e liderança**.

Mudar o *mindset* dos servidores públicos, empoderá-los e fazê-los atuar e se perceber como líderes transformadores da gestão pública, é uma construção contínua, que passa por mudança cultural, sim, mas começa no autoconhecimento. É necessário fomentar uma conjunção de fatores que permita criar resiliência para enfrentar as inúmeras adversidades e resistências. As capacitações contínuas mantêm a “chama acesa”, apresentam novas ferramentas, garantem a unidade e o sentimento de time, e buscam qualificar *soft skills*, habilidades difíceis de serem trabalhadas em capacitações eminentemente técnicas, mas que são essenciais para o exercício da liderança adaptativa.

Principais temas





**Balanço da
Agenda
2015-2018**





Agenda 2015-2018


Para o governo que ora se encerra, adotou-se o conceito de competitividade como núcleo da estruturação do modelo de gestão para resultados, entendendo Estado competitivo como aquele que tem infraestrutura adequada e ambiente de negócios favorável a investidores, desenvolvimento econômico, saúde, educação e segurança pública que propiciem qualidade de vida a seus cidadãos.

O programa Goiás Mais Competitivo foi estruturado com base nesse conceito de competitividade, com objetivo de fazer Goiás avançar nos principais desafios apontados pelo Diagnóstico Situacional (122 indicadores analisados, e aprofundamento nas 3 grandes áreas de Educação, Saúde e Segurança, com mais 70 indicadores específicos), usado como insumo para elaboração da carteira e priorização dos projetos.

Como estabelecer prioridades é essencial para fazer as coisas acontecerem, o programa adotou a focalização na priorização dos desafios a serem enfrentados no curto prazo, na definição de metas alcançáveis, no escopo de cada projeto, construído juntamente com os órgãos finalísticos e na definição de municípios prioritários.

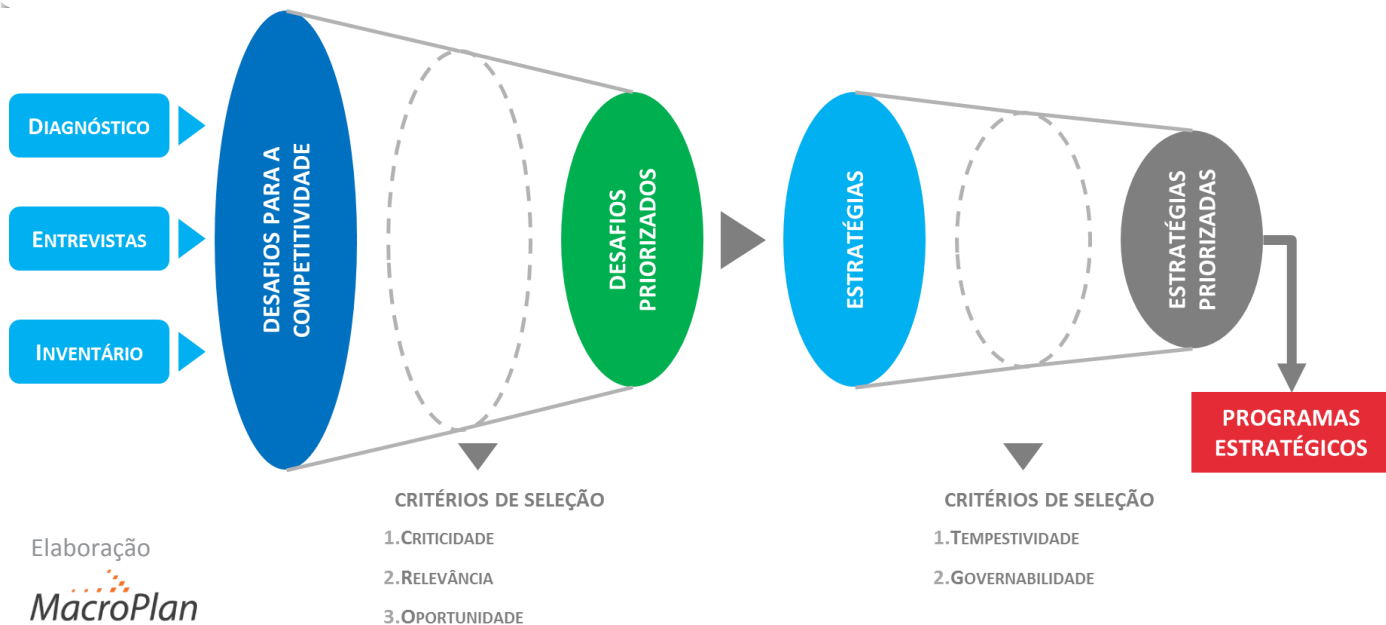
Com base nos critérios de governabilidade, tempestividade e impacto, foram selecionados 15 desafios para a carteira.

Um anexo a este documento apresenta cada desafio, uma breve análise crítica de sua evolução, e elenca questões importantes que ainda precisam ser consideradas no escopo de cada tema.



Critérios de Priorização

Agenda 2015-2018



Elaboração
MacroPlan

Estratégia Imediata | Portfólio Inicial

3 eixos 15 desafios





Ganhos de gestão

A ideia de olhar para rankings de competitividade, especialmente o Ranking de Competitividade dos Estados, elaborado pelo CLP, e o Diagnóstico de Gestão Estadual (DGE), estruturado pela Macroplan, trouxe ares novos ao tradicional modelo de gestão.

Perceber *onde se está* e definir *aonde se quer chegar*, com base em informações fidedignas, gera segurança e a possibilidade de priorizar os temas mais críticos, além de antecipar possíveis desafios, com estratégias de atuação eficientes e flexíveis para ajustes de percurso, quando necessários.

Para que isso fosse possível, a governança inovadora estruturada para o monitoramento intensivo do GMCI foi além de processos e regras institucionais ou burocráticas, iniciando uma mudança de cultura na forma de encarar e gerir o serviço público, em que, ao invés de priorizar a rigidez dos processos, privilegia o foco nas pessoas, entregas e resultados.

Esse jeito de fazer as coisas, trouxe inúmeros ganhos gerenciais, pouco intangíveis, mas imprescindíveis, tais como

minimizar a pulverização de esforços

apoiar desde a elaboração até a implantação de projetos

fomentar o alto rendimento

analisar a pressão das urgências e a necessidade de aumento de investimentos

atuar na superação de entraves e gargalos

prever e permitir mitigar inúmeros atrasos e cancelamentos de ações

gerar transparência e visibilidade de resultados

garantir informações gerenciais confiáveis e tempestivas

integrar as diferentes áreas e pastas de forma coesa





Os desafios da Renovação



Por que essa boa prática deve ser mantida?

Todo governo precisa, e deveria, encarar **três desafios históricos da gestão pública**: **não perder as prioridades de vista** por conta da rotina; **assumir problemas e dificuldades**, ao invés de escondê-los ou negá-los; e **tomar melhores decisões baseadas em dados**.

A implementação de uma **unidade de entregas**, nos moldes da implantação da **Central de Resultados**, com **equipe dedicada**, a exemplo dos **Executivos Públicos**, permite enfrentar, com clareza e determinação, esses desafios: um **modelo de governança efetivo garante que as prioridades não se percam**, e não se fique só apagando incêndio; uma equipe dedicada à carteira prioritária, com **atuação conjunta aos órgãos setoriais**, consegue **construir relações de trabalho e de confiança**, com base nas quais se possa encontrar **soluções para questões que não precisam necessariamente ser escaladas**, e, para as que forem escaladas, suporte mútuo para buscar o **engajamento e responsabilização superiores** necessários para que um rumo seja dado, seja para escolher entre duas propostas, para liberar recursos, para deliberar o que for.

A implantação de **estrutura funcional que emule o modelo matricial** dentro da administração é uma excelente forma de se buscar **maior alinhamento institucional, melhor comunicação interna, fomentar parceiras entre órgãos e intersectorialidade** de políticas públicas.

Por fim, a atuação focada na construção de um **governo baseado em evidências**, como premissa da **gestão para resultados** adotada, pauta o exercício diário da atividade: desde a produção de informação até entrega da melhor informação, filtrada, qualificada e confiável, para subsidiar a decisão a ser tomada.



Principais orgulhos da Central

O que deu certo, e vale a pena ser mantido e replicado no radar de uma unidade de entregas com foco na agenda estratégica de governo



Governança para Resultados

Garante olhar ininterrupto para as prioridades governamentais. O monitoramento intensivo permite atuação em tempo oportuno. Adoção de um modelo com balanço apropriado entre complexidade e simplicidade, com instrumentos simples e adequados para o efetivo gerenciamento estratégico e operacional.

Cogestão de Projetos

A cogestão aproxima do dia-a-dia do órgão, possibilita o apoio efetivo na identificação de gargalos e resolução de problemas. O papel de mediação e articulação qualifica a relação da Segplan perante as setoriais. Um olhar externo contribui para melhor análise dos problemas que afetam a prestação dos serviços de cada órgão.

Governo Baseado em Evidências

Direcionar o olhar dos órgãos e entidades para um viés mais estratégico, com foco no resultado que impacta o cidadão. Reforçar as rotinas de monitoramento de resultados objetivos, simples e baseados em fatos, dados e indicadores confiáveis. Lapidar o *mindset* entre calibragem de esforço e resultados projetados. Permite dissecar o indicador para melhor identificação do real problema.

Análise Executiva de Resultados


Instrumento essencial para governo baseado em evidências. Traz os resultados para o centro da discussão, a tempo de permitir correção de rumos, através do cruzamento de informações que permita a análise integrada da evolução de indicadores, registros administrativos, e andamento de projetos e entregas.

Comunicação Estratégica

Comunicação inovadora, estruturada como ferramenta estratégica. Informação confiável, tratada, qualificada, tempestiva, conforme público alvo. Esmero com formatação e apresentação – beleza importa! Clareza e transparência como valores.

Principais orgulhos da Central

O que deu certo, e vale a pena ser mantido e replicado no radar de uma unidade de entregas com foco na agenda estratégica de governo



Modelo Squad de Atuação

A formação de uma equipe multidisciplinar permite rearranjos internos necessários conforme a demanda (orientação à resolução de problemas – *PDIA*), contribui para o crescimento interno individual e coletivo, além de propiciar ambiente para propostas de solução mais criativas e abrangentes.

Team Building

Preocupação contínua na forma da equipe, com foco na construção de espírito de grupo e cooperação mútua. Valorização das diferenças como forma de agregar habilidades diversas para o alcance dos resultados. Autoconhecimento como forma de potencializar a entrega individual e coletiva.

Compartilhar Conhecimento

As boas práticas adotadas foram repassadas em painéis, cursos e palestras sobre Governança para Resultados, para alguns órgãos estaduais, prefeituras e secretarias municipais, estados integrantes do Consórcio Brasil Central e entidades, tais como SEBRAE, ACIEG, Conselho Regional de Biblioteconomia, Tribunal de Contas Municipal, Federação Goiana dos Municípios.

Premiações e Publicações

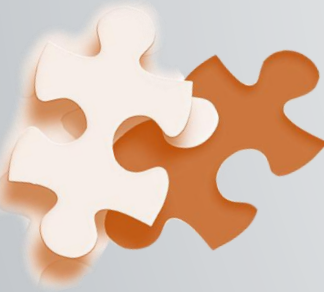
Reconhecimento como boa prática no IV PREMIO ANUAL “GESTION PARA RESULTADOS EN EL DESARROLLO”, que premia iniciativas de gestão para resultados na América Latina e Caribe, promovido pelo BID. 05 artigos publicados e apresentados no CONSAD. Livro Educação Infantil em Diferentes Contextos, parceria com Seduce e PNUD. Estudo Déficit Habitacional em Goiás com base no Cad. Único, fruto de parceria com IMB, Sec. Cidadã e Inst. Jones Santos (ES) Recuperação de posição nos rankings de competitividade - CLP e Macroplan.

Inovação em Governo

Coordenação do programa de inovação HUBGOV - Programa Interinstitucional de Inovação em Governo, realizado simultaneamente nos Estados de SC, SP, DF e GO, com a participação de 07 instituições estaduais, dentre elas, Detran, SSP, SES, Seduce e Segplan. Foco na formação de inovadores, que despertam uma visão de futuro e se desenvolvem em habilidades para uma nova forma de trabalho, que envolve novos métodos e ferramentas para resolução de desafios, colaboração e prototipação.

Principais desafios para uma Central 2.0

Dificuldades vivenciadas e pontos importantes a serem enfrentados por uma unidade de entregas com foco na agenda estratégica de governo



Orientação para Resultados

A manutenção no foco da meta pactuada, bem como o compromisso moral em atingi-la, foi perdendo lugar ao longo do tempo, para os aspectos operacionais do monitoramento. O enfraquecimento do compromisso assumido pelos líderes em atingir o resultado, bem como o não constrangimento em não alcançá-lo, fez com que se perdesse o senso de urgência em tomar as providências de correção de rumo que, porventura, fossem necessárias.

Reafirmar o compromisso com a entrega do resultado é fundamental para garantir o engajamento de todos os líderes envolvidos.

Imaturidade Institucional

Em alguns casos, notou-se imaturidade institucional relacionada aos conceitos de gestão e governança para resultados, notadamente, análise de dados, gestão da informação e gerenciamento de projetos.

Foi recorrente a dificuldade em detectar os reais problemas e, principalmente expor os entraves para as instâncias superiores de decisão.

Necessário introduzir a cultura de confiança e autonomia, em detrimento ao excesso de controle.

Conflito entre Agenda do Governador e Agenda Setorial

As decisões iniciais de estratégia de implantação, comunicação e “venda” do modelo e da função dentro do governo, acabaram por gerar desgastes, descontentamentos e dificuldades com outras áreas.

Destaca-se a dificuldade em alinhar os objetivos das agendas setoriais com os da agenda do governo.

Imprescindível haver um balanceamento entre as expectativas de resultados do Governador e dos líderes setoriais, para que todos entendam os motivos dos “sim” e dos “não”, em prol do alcance dos resultados.

Concorrência de Agendas

O paralelismo de agendas governamentais, (GMCI, Inova, Pacto Social, Goiás na Frente), dificultou a construção de um alinhamento de esforço em prol dos objetivos a serem alcançados.

Principais desafios para uma Central 2.0

Dificuldades vivenciadas e pontos importantes a serem enfrentados por uma unidade de entregas com foco na agenda estratégica de governo



Fluxo Orçamentário e Financeiro

Houve a tentativa de garantir os recursos orçamentários e financeiros através da criação de algumas ações específicas no PPA e a instituição de um Selo de Prioridade nos processos, porém com poucos efeitos práticos.

Necessário avançar na gestão de orçamento por resultados e projetos, que permita a reserva de recursos para a carteira prioritária, devidamente alinhada à política de equilíbrio fiscal a ser adotada.

Estrutura Organizacional

A Central de Resultados funciona dentro da estrutura administrativa chamada Núcleo de Gestão para Resultados, posicionado no quarto nível da estrutura hierárquica da Secretaria de Gestão e Planejamento.

O excesso de níveis superiores trouxe algumas dificuldades no fluxo de informação e decisão.

Com base nessa experiência, é oportuno que unidades que cuidam do gerenciamento intensivo da carteira prioritária de governo, tenham uma posição mais estratégica na estrutura do Estado.

Gestão da informação

Dificuldade na coleta, tratamento e gestão dos dados e informações relacionados aos desafios integrantes da carteira.

Como principais causas identifica-se a dispersão das informações em diversas bases de dados, o paralelismo de informações e o sentimento de posse dos dados por parte de alguns órgãos.

Tal cenário compromete a produção e análise de informação tempestiva para a tomada de decisão em tempo oportuno.

Construção da nova carteira prioritária

As premissas de elaboração da próxima agenda estratégica do governo, poderá adicionar outros critérios de seleção de desafios a serem enfrentados nos próximos 4 anos, como por exemplo, as metas constantes nos Objetivos do Milênio.

Como alternativas, também poderia ser adotado um critério de priorização de municípios e regiões estratégicas ou vulneráveis. Importante destacar a necessidade de criar mecanismo para a manutenção das prioridades, reforçando o compromisso assumido pelas lideranças, com o resultado pactuado.

Desafios para um governo transformador

Temas impactantes para a eficiência da gestão pública e avanço da gestão para resultados que a Central entende serem merecedores de atenção



Formação de Líderes

Entender o exercício da liderança adaptativa como mola propulsora da atuação dos servidores; liderança como habilidade do servidor, não competência do cargo.

Urgência de iniciativas que contribuam fortemente para a criação dessa cultura na administração, com abordagem adequada e específica para os níveis estratégico, tático e operacional.

É um bom caminho para que a proatividade e a boa insurgência sejam catalisadores de uma (r)evolução na gestão pública.

Construção de Propósito

Resgate do “espírito público” dos servidores.

Quanto mais os servidores acreditarem no que fazem, e verem seus propósitos e valores alinhados aos propósitos e valores dos projetos e atividades nos quais atuam, mais estarão engajados e comprometidos com os resultados que querem entregar. Ao contrário, quando mais burocrático e sem propósito uma função ou cargo, mais difícil será engajar servidores capacitados para aquela atividade sem sentido.

Alta Direção Engajada

O engajamento da alta direção e uma postura pautada na responsabilização e *accountability* é primordial para que a governança seja efetiva.

O desconforto causado pela exposição de entraves, gargalos e dificuldades, devem ser enxergadas como auxiliares da boa gestão, não como meros instrumentos de constrangimento.

Dirigentes com postura de esconder o problema, não estão prontos para lidar com modelos de governança efetivo, e tendem a perder cada vez mais espaço, uma que vez que a demanda por transparência, responsabilização e resultados tende a se tornar cada vez maior.

Importante destacar a necessidade de balancear cobranças e celebração de conquistas.

Burocracia

A desconfiança e suposição de má-fé não devem pautar a calibragem dos controles.

Cuidado para não digitalizar a burocracia. Em alguns casos, melhorias incrementais têm demonstrado serem insuficientes, indicando a necessidade de mudanças mais disruptivas no modo de executar uma atividade ou entregar um serviço.

Redução de despesas, com pessoal, inclusive, e qualificação de gastos, passam por repensar a burocracia, tornando-a mais ágil, barata e efetiva.

Desafios para um governo transformador

Temas relevantes para a eficiência da gestão pública e avanço da gestão para resultados que a Central entende serem merecedores de atenção



Inovação em Governo

Colocar a inovação no centro de toda ação governamental, indo além de estímulos pontuais à inovação, mas fomentando a criação de ambientes onde as ideias possam se conectar.

Instituição de um hub de inovação em governo, que conecte servidores, órgãos e possíveis parceiros, na busca de soluções que efetivamente melhore a vida do cidadão e seja difusora de técnicas e boas práticas para o pensar e o fazer diferente no setor público.

Governo Digital

Acordar o governo para a realidade do que está sendo demandado no contexto do século XXI, através da construção de uma robusta agenda digital no governo, com uso maciço de tecnologia.

Para tanto, deve-se adotar como premissas a migração para serviços digitais e um *mindset* de integração. Isso permitiria ao governo enxergar o cidadão como único, qualificando o desenho de políticas públicas, e ao cidadão enxergar o governo como único, facilitando e simplificando o uso dos serviços públicos.

Utilização de tecnologias potencializadoras de soluções, tais como robótica, inteligência artificial, *blockchain*, *big data*, ainda incipientes no serviço público.

Avaliação de Políticas Públicas

Institucionalização da boa prática de avaliação de políticas públicas, como forma de buscar a melhor alocação dos recursos públicos, servindo de insumo para as decisões de criação, expansão ou encerramento de um programa de governo.

Diálogo com os Municípios

Qualificação do diálogo entre estado e município, através da instituição de uma governança estratégica, focada no alcance de resultados selecionados. Convergência de esforços, por meio de planejamento e atuação integrados, e estreita relação das setoriais com as pastas equivalentes municipais, para produzir entregas efetivas e promover resultados finalísticos impactantes. Criação de incentivos que estimulem as prefeituras a firmarem essa parceria, como por exemplo, a distribuição de recursos do ICMS pautada na melhoria de indicadores confiáveis e oficiais.

Inter setorialidade de Políticas Públicas

A maioria dos problemas e das demandas sociais só podem ser efetivamente enfrentados com união de esforços e adequado alinhamento e integração das políticas públicas de diferentes áreas, órgãos, poderes e esferas da administração pública, envolvendo organismos da sociedade civil.

Participação social

E-democracia, tecnologia cívica, cidadão como parte do processo de decisão. Captar a percepção da população, incluindo mídias sociais, como insumo para a elaboração e execução de políticas públicas, bem como para que a administração possa agir tempestivamente na solução de um problema.



Uma peça importante



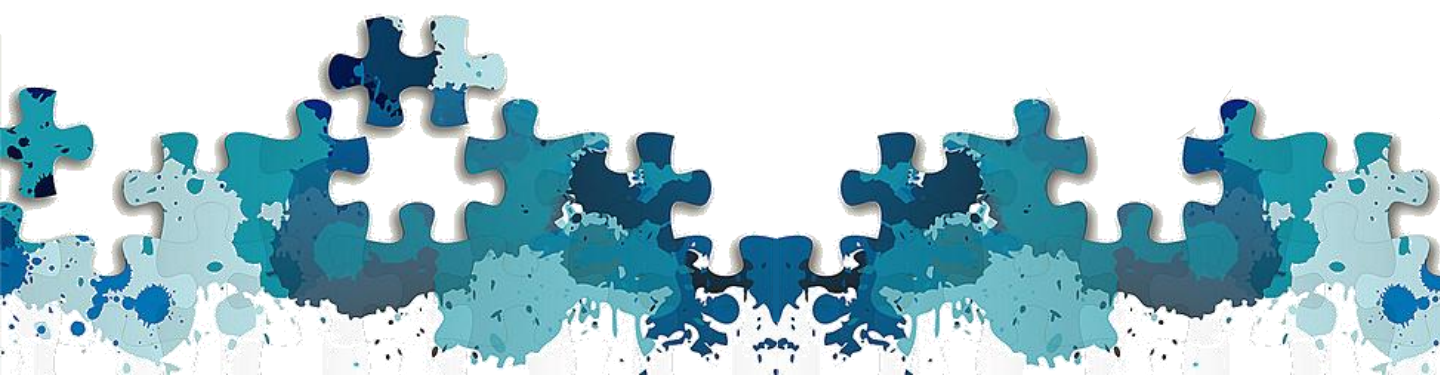


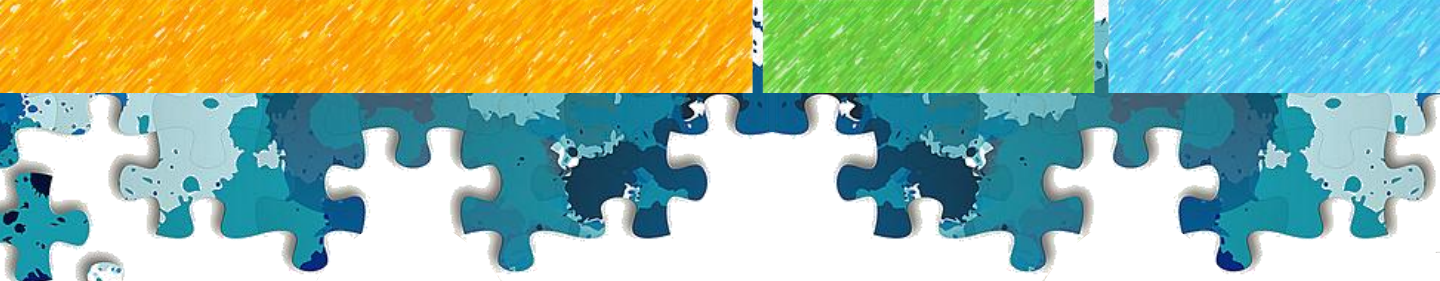
Um desafio de milhões de peças

Para além da metáfora, as crescentes demandas de uma sociedade exigente, a inegável e limitadora escassez de recursos, e o ambiente conturbado de renovação geram cada vez mais pressão, ao mesmo tempo em que, exigem respostas mais objetivas, certeiras, tempestivas e satisfatórias por parte da administração pública.

Saber o que fazer neste cenário, e saber como melhor aproveitar as peças de que dispõe é um quebra-cabeças dos mais desafiadores.

Nenhum governo prescinde da necessidade de cuidar, com dedicação ininterrupta às suas prioridades, sob o risco de não ver “montada”, ao final de sua gestão, a visão de futuro esboçada no plano de governo e projetada nas diretrizes estratégicas.





Gestão para Resultados bem feita, sustentando um governo baseado em evidências, alicerçada em um modelo de governança efetivo, com gente dedicada a fazer acontecer, mostram-se como ferramentas úteis e diferenciadas para enfrentar esse *puzzle* gigantesco.

A expertise da jornada vivenciada pela Central, todo conhecimento adquirido e produzido, os erros e acertos do caminho percorrido, podem ser muito valiosos, e contribuir sobremaneira, se bem aproveitados.

Concluimos com orgulho este ciclo, certos de termos dado nosso melhor e nos desdobrado pra fazer o máximo. Renovamos nosso compromisso em continuar levando adiante a cultura de gestão para resultados e fomentando a melhoria da gestão pública.

Por fim, renovamos nossos votos de que todos os avanços de gestão do governo que se inicia se traduzam em mais resultados para os goianos.

Sabedoria, liderança e dedicação são imprescindíveis para enfrentar os desafios dos grandes quebra-cabeças!



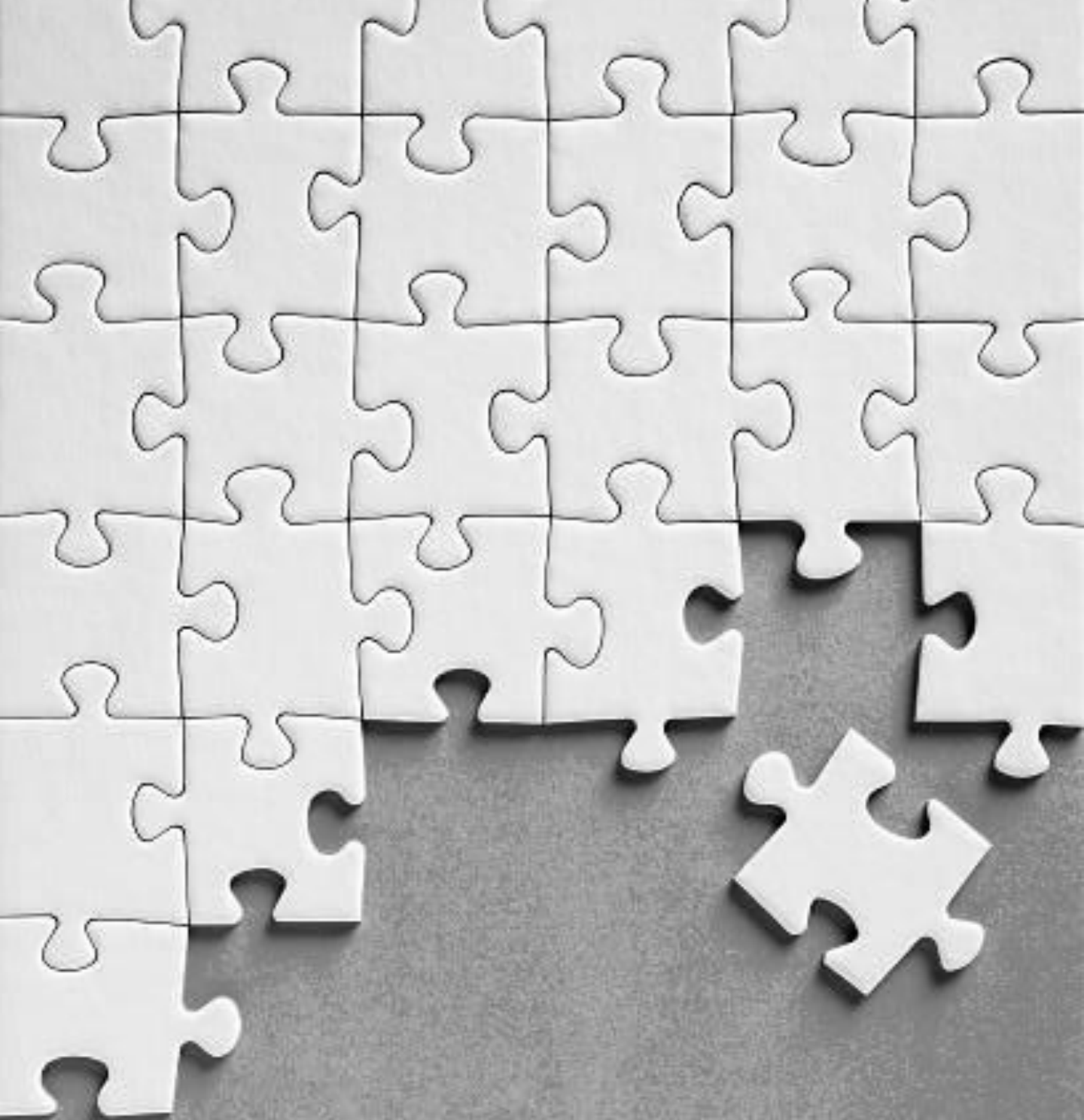
ADENDO

Balanço do Ciclo
2015 - 2018

Goiás Mais
Competitivo e
Inovador

Aliança
Municipal pela
Competitividade





Desafios
Vigentes
e/ou
Concluídos

Reduzir as Mortes por Acidentes de Trânsito



INDICADOR
TAXA DE ÓBITOS POR ACIDENTES DE TRÂNSITO POR 100.000 HABITANTES

DADO OFICIAL
DATASUS
2013

31,4

22^a
2013



23^o
2016

ÚLTIMO
DADO OFICIAL
DATASUS
2016

26,4

META
2018

20

LEGENDA ● MELHOROU ● MANTEVE ● PIOROU

O indicador reflete o número de óbitos por acidente de trânsito por 100 mil habitantes, calculados com base nos dados do DATASUS.

Além dos traumas causados às vítimas e familiares, os acidentes de trânsito representam altos custos monetários para a sociedade. Só em 2014, o Ipea calculou em R\$ 40 bilhões o custo social com acidentes no País.

EVOLUÇÃO REAL (GOIÁS E BRASIL) E PROJEÇÃO DE METAS (GOIÁS)



Meta repactuada em 2017, uma vez que a meta inicialmente acordada foi atingida em 2016.

DESAFIO
PACTUADO

CONQUISTAS e
AVANÇOS

Evolução das ENTREGAS

Operações
"Balada Educativa"
Realizadas

concluído
512

pactuado
360

Sistemas (Registro
de Acidentes,
Webservice e BI)
Implantados

concluído
3

pactuado
3

Operações
"Balada Responsável"
Realizadas

concluído
850

pactuado
1.419

Intensificação e priorização da realização de ações de Balada Responsável

Realização de 804 ações educativas

Aquisição de 5 novas viaturas Auto-bomba em parceria com o Corpo de Bombeiros em 2017

Estruturação de um sistema de Registro de Acidentes, Webservice para troca de dados e BI (Business intelligence)



Estruturação de um Observatório de Acidentes de Trânsito como concentrador de informações dos diversos atores que lidam com mobilidade

Estruturação do Renaest

Pensar a mobilidade de forma ampla e o trânsito nas cidades de forma mais específica, entendendo quais fatores ambientais exercem maior influência nesse processo. Assim, a inclusão de ações relativas à sinalização e revitalização de vias deve ser contemplada no futuro

Padronizar a entrada de dados e a parceria dos diversos atores que lidam com o trânsito é condição fundamental para que os sistemas de inteligência possam permitir a busca de soluções assertivas para a redução de mortes no trânsito, campanhas de educação e conscientização direcionadas a públicos específicos

O resgate ao acidentado também é fator importante para a redução de mortes no trânsito. A velocidade com que se realiza o primeiro atendimento à vítima é crucial para a sua sobrevivência. Deve-se pensar em soluções de atendimento ao acidentado que reduzam o tempo entre a ocorrência do acidente e o primeiro socorro



EM EXECUÇÃO

PRA ONDE OLHAR





Ampliar o acesso à atenção básica de qualidade

INDICADOR COBERTURA DE ESF

DADO OFICIAL DAB 2013

64,0

15ª

2013



18º

2016

ÚLTIMO DADO OFICIAL DAB 2017

65,3

META 2018

82,1

INDICADOR ICSAB

DADO OFICIAL DATASUS 2013

33,2

16ª

2013



14º

2016

ÚLTIMO DADO OFICIAL DATASUS 2015

29,9

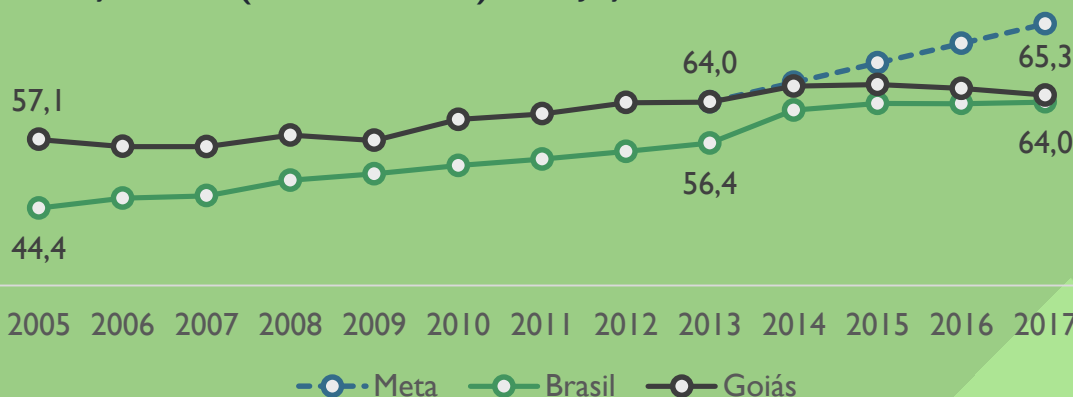
META 2018

24,5

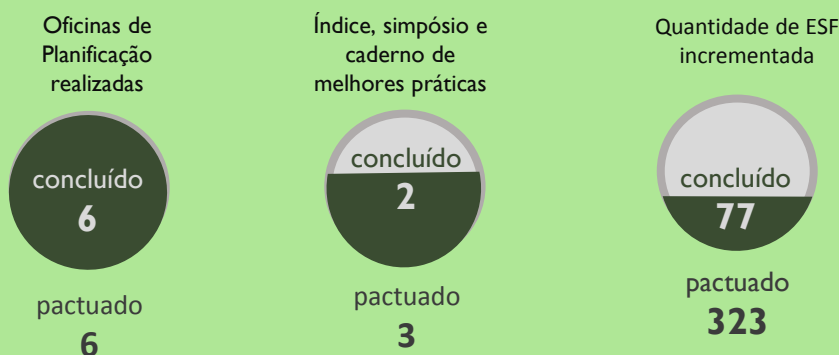
LEGENDA ● MELHOROU ● MANTEVE ● PIOROU

- População coberta pela Atenção Básica, tendo como referência 3.000 pessoas por equipe de Estratégia de Saúde da Família. Fonte: MS/SAS/DAB
- ICSAB – % de internações por condições sensíveis à atenção básica.

EVOLUÇÃO REAL (GOIÁS E BRASIL) E PROJEÇÃO DAS METAS PACTUADAS



Evolução das ENTREGAS



Processo de planificação foi implantado nos 246 municípios, simultaneamente, com o objetivo de desenvolver habilidades e competências dos profissionais de saúde e gestores

Prêmio de Boas Práticas em Saúde da Família foi pioneiro e mereceria ter outras edições

Entrega de equipamentos aos municípios para apoio à diagnóstico e exames de laboratório





EM EXECUÇÃO

Iniciado o Processo de Tutoria, pactuado em 18 regionais de saúde, onde são organizados os macroprocessos e microprocessos, em uma Unidade de cada município com o apoio direto de tutores/multiplicadores (estaduais ou municipais) orientados pelo CONASS

Aprimorar a relação da SES com as secretarias municipais de saúde, uma vez que a qualidade da prestação dos serviços de saúde depende, dentre outras coisas, da qualidade dessa relação

Construir um novo modelo de atuação dos ACS e ESF em Goiás, resultante dessa nova relação Estado-Município

Enxergar Atenção Básica à Saúde como prioridade governamental, como forma de reduzir os custos da alta complexidade

Atenção especial aos municípios mais isolados, carentes e de menor estrutura, mais dependentes do Programa Mais Médicos

Enfrentar o problema da regulação dos hospitais, especialmente em Goiânia

PRA ONDE OLHAR



Reduzir a mortalidade infantil

INDICADOR TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL POR 1000 NASCIDOS VIVOS

DADO OFICIAL DATASUS 2013

13,9

12^a

2013



13,9

2016

ÚLTIMO DADO OFICIAL DATASUS 2016

13,0

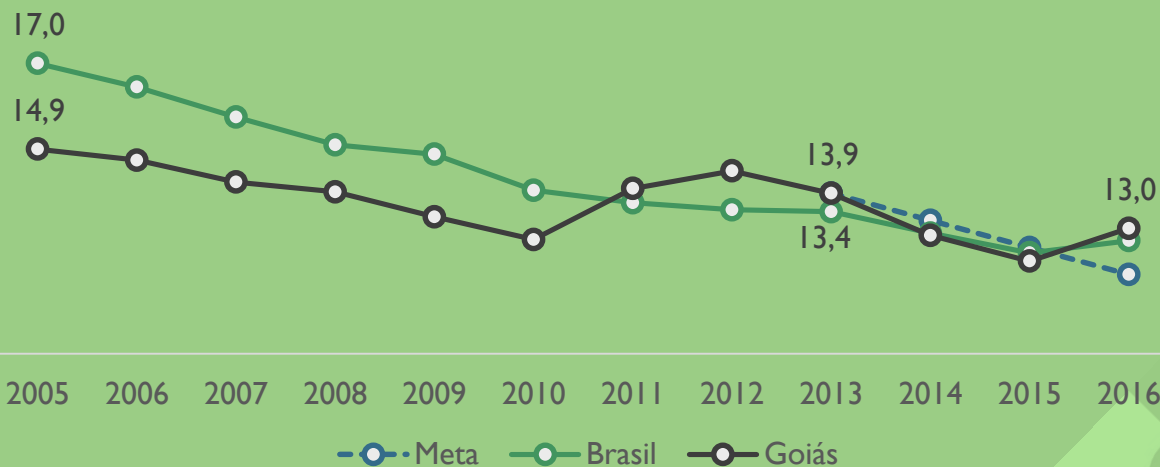
META 2018

10,6

LEGENDA MELHOROU MANTEVE PIOROU

Número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos naquele ano, na população residente. Fonte: DataSUS

EVOLUÇÃO REAL (GOIÁS E BRASIL) E PROJEÇÃO DAS METAS PACTUADAS



DESAFIO PACTUADO

CONQUISTAS e AVANÇOS

Evolução das ENTREGAS

Profissionais dos Núcleos Municipais de Vigilância do Óbito Capacitados

concluído
675

pactuado
600

Municípios com Vigilância do Óbito Instituída

concluído
32

pactuado
32

Siga Mamãe Disponibilizado no Município

concluído
25

pactuado
32

Profissionais das Unidades de Saúde de AB, SAMU e Média e Alta complexidade qualificados.

concluído
522

pactuado
1500

Desenvolvimento dos Sistemas Siga Mamãe e Siga Bebê e disponibilização para os 32 municípios prioritários do Programa

Capacitação de 4800 profissionais de saúde, incluindo Atenção ao Pré-natal de Baixo Risco, Vigilância do Óbito, Método Canguru, Manejo do Aleitamento, Ações de Reabilitação de Microcefalia e Doenças Congênitas, Siga Mamãe e Siga Bebê, Saúde do Homem, entre outros

Implantação dos Programas Telessaúde e 2ª Opinião

Estruturação de 32 Equipes de Vigilância do Óbito e Instituição de 8 Serviços de Verificação do Óbito

Celebração de Parcerias com Fundação Abrinq (Prefeito Amigo da Criança), Sociedade Goiana de Pediatria, e Ministério Público



Realização do curso de Reanimação Neonatal

Celebração de convênio com a Corregedoria Geral de Justiça / Tribunal de Justiça de Goiás para compartilhamento dos registros de óbitos entre Justiça e as Secretarias de Saúde e Segurança Pública

Inclusão de estratégias de atuação para redução da mortalidade infantil no Plano de Trabalho do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

Implantação do Projeto Segurança do Paciente / Melhoria de Processos no Hospital Materno Infantil

Realizar busca ativa para identificar e monitorar gestantes e bebês nos municípios do Estado

Criar mecanismos de incentivo para a gestante realizar, ao menos, 7 consultas pré-natais

Alinhar esforços com a gestão municipal para iniciativas integradas à redução da mortalidade infantil

Garantir infraestrutura de conectividade estável entre Unidades de Saúde, Regionais, Secretarias Municipais e Estadual de Saúde

Garantir qualificação dos profissionais de saúde em Atenção ao Pré-Natal de Baixo Risco e Reanimação Neonatal, bem como a capacitação em Transporte Neonatal

Equipar Unidades de Atenção Básica, Transportes Neonatais e Salas de Parto



EM EXECUÇÃO

PRA ONDE OLHAR



DESAFIO PACTUADO

CONQUISTAS e AVANÇOS



Reduzir o déficit habitacional

INDICADOR DÉFICIT HABITACIONAL RELATIVO

DADO OFICIAL PNAD 2015 (FJP)

8,3

9ª

2013



12ª

2015

ÚLTIMO DADO OFICIAL PNAD 2015 (FJP)

9,4

META 2018

6,1

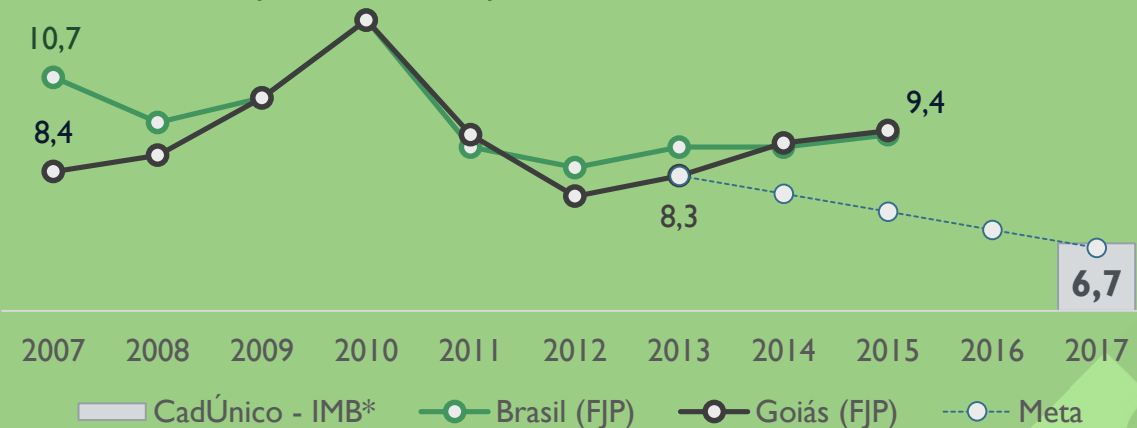
LEGENDA MELHOROU MANTEVE PIOROU

Noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados no momento da medição.

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), com dados da PNAD/IBGE

* Em 2017, IMB calculou o Déficit Relativo com nova metodologia, usando o CadÚnico, após mudanças da PNAD.

EVOLUÇÃO REAL (GOIÁS E BRASIL) E PROJEÇÃO DAS METAS PACTUADAS



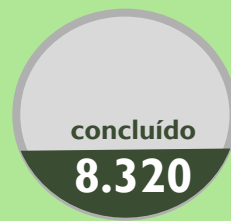
Evolução das ENTREGAS

Unidades Habitacionais Entregues



pactuado 16.222

Unidades Habitacionais Contratadas



pactuado 30.000

Publicação do Estudo do Déficit Habitacional de Goiás pelo CadÚnico, em parceria com Secretaria Cidadã (acesso aos dados), IMB (cálculo e publicação periódica) e Instituto Jones dos Santos Neves, do Estado do Espírito Santo (metodologia)

Definição do indicador de déficit habitacional como critério para contratação de um empreendimento em um determinado município

Apresentação do desafio da habitação no XI Seminário Internacional de la Red de Gestión para Resultados en Gobiernos Subnacionales de América Latina y el Caribe, em San Pedro Sula, Honduras, no dia 24 de outubro de 2018. Único painel brasileiro no evento





EM EXECUÇÃO

PRA ONDE OLHAR

Monitoramento das obras continua acontecendo e os relatórios continuam sendo alimentados periodicamente para acompanhamento

Fortalecer a equipe multidisciplinar na AGEHAB para o monitoramento dos programas e resolução de entraves - áreas envolvidas diretamente com as entregas estratégicas

Implementação de sistema de monitoramento e vistoria de obras de habitação (qualificar e dar agilidade na obtenção de informações)

Tornar o estudo do Déficit Habitacional em Goiás - uma análise do CadÚnico - fonte de referência para análise de viabilidade de um empreendimento em uma determinada cidade

Envolvimento das concessionárias de água e energia antes mesmo da contratação da obra, participando inclusive das reuniões de governança

Aproximação com os municípios para enfrentamento dos problemas relativos ao déficit habitacional no Estado



Promover o acesso à educação infantil

INDICADOR TAXA DE FREQUÊNCIA À EDUCAÇÃO INFANTIL – 0 A 3 ANOS CRECHE

DADO OFICIAL PNAID 2013 **17,8** **21ª** 2013 **21ª** 2016

ÚLTIMO DADO OFICIAL PNAID 2016 **21,2** META 2018 **30**

INDICADOR TAXA DE FREQUÊNCIA À EDUCAÇÃO INFANTIL – 4 E 5 ANOS PRÉ-ESCOLA

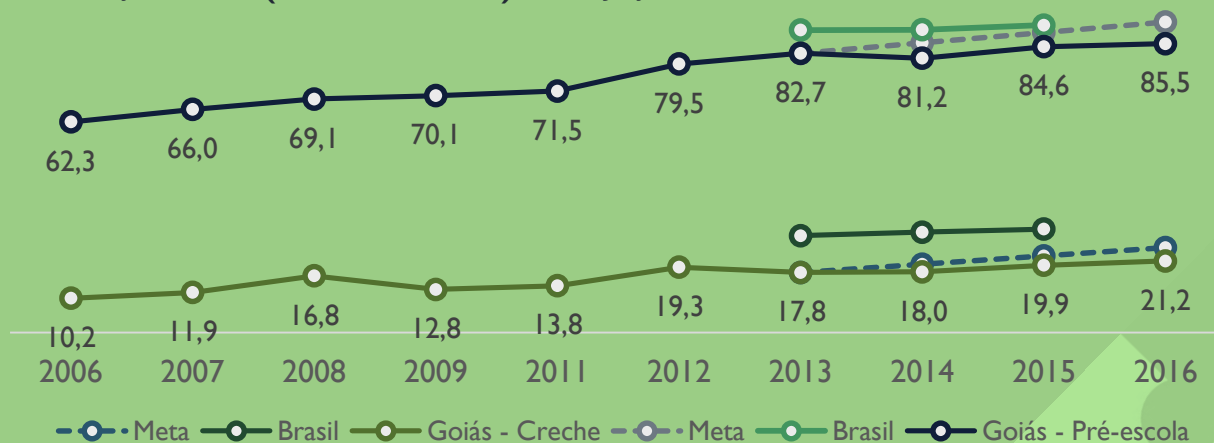
DADO OFICIAL PNAID 2013 **82,7** **23ª** 2013 **20ª** 2016

ÚLTIMO DADO OFICIAL PNAID 2016 **85,5** META 2018 **98**

LEGENDA ● MELHOROU ● MANTEVE ● PIOROU

Mostra a proporção de crianças que frequentaram creche ou escola, conforme a faixa etária, no ano de referência da realização da PNAD pelo IBGE.

EVOLUÇÃO REAL (GOIÁS E BRASIL) E PROJEÇÃO DAS METAS PACTUADAS



Evolução das ENTREGAS

Inclusão da temática de Educação Infantil no âmbito da Seduce, materializada na criação do Núcleo de Cooperação Municipal na SEDUCE

Iº Diagnóstico da Educação Infantil em Goiás

Captação de 1,5 milhão no MEC para capacitação nos municípios (Recurso de transferência voluntária para organismos internacionais)

Criação do Fundo Estadual da Educação Infantil

Iº seminário Internacional de Educação Infantil no Estado de Goiás

Criação de 49 Fundos Municipais da Educação Infantil

Lançamento do livro

“Educação Infantil em Diferentes Contextos”

459 servidores municipais capacitados

11 dos 33 municípios “zero creche” aderiram ao Projeto Criança Cidadã em parceria com a AGEHAB

DESAFIO PACTUADO

CONQUISTAS e AVANÇOS





EM EXECUÇÃO

Monitoramento da construção da unidade de educação infantil de Trindade e acompanhamento dos processos dos 11 municípios que fazem parte do Projeto Criança Cidadã junto à AGEHAB

Encontros agendados com membros do MP-GO, com objetivo de conhecer melhor a base legal e experiências vividas na construção do trabalho em rede

Importante ressaltar que a não liberação dos recursos inviabilizou o avanço das frentes de criação de vagas nos municípios focais do desafio.

Fortalecimento da relação Estado-Municípios para apoio técnico e orientação para solução de entraves e elaboração de ações em prol do crescimento da educação infantil nos municípios; ainda que a competência legal seja do Município, é premente um apoio efetivo do Estado

Buscar parcerias voltadas para a capacitação e orientação das equipes municipais

Fomentar a construção e estruturação de unidades de educação infantil nos municípios, incluindo parcerias para alavancar recursos

Fomentar atuação em rede com outras secretarias estaduais que atuam com políticas voltadas à criança e adolescente

Apoiar elaboração de instrumentos de avaliação da educação infantil nos municípios



PRA ONDE OLHAR

Elevar a qualidade do aprendizado dos alunos da rede pública

ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS REDE PÚBLICA

DADO OFICIAL IDEB 2013

5,5

6^a

2013

↓

7^o

2016

ÚLTIMO DADO OFICIAL IDEB 2017

5,9

META 2018 6,0

ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS REDE ESTADUAL

DADO OFICIAL IDEB 2013

4,5

2^a

2013

↑

1^o

2016

ÚLTIMO DADO OFICIAL IDEB 2017

5,2

META 2018 5,2

ENSINO MÉDIO REDE ESTADUAL

DADO OFICIAL IDEB 2013

3,8

1^a

2013

—

1^o

2016

ÚLTIMO DADO OFICIAL IDEB 2017

4,3

META 2018 5,0

LEGENDA ● MELHOROU ● MANTEVE ● PIOROU

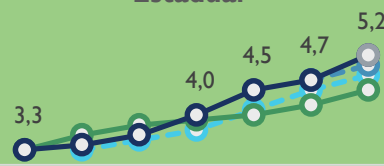
O IDEB pode variar de 0,0 até 10,0. É calculado a cada 2 anos pelo INEP/MEC, através das médias de desempenho nas avaliações (Prova Brasil ou SAEB) e dos dados de aprovação escolar obtidos no Censo Escolar.

EVOLUÇÃO REAL (GOIÁS E BRASIL) E PROJEÇÃO DAS METAS PACTUADAS

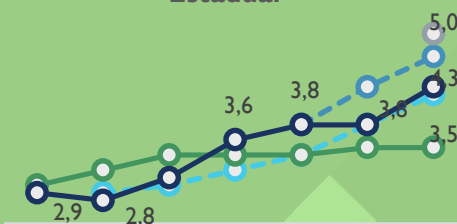
Ensino Fundamental - Anos Iniciais - Rede Pública



Ensino Fundamental - Anos Finais - Rede Estadual



Ensino Médio - Rede Estadual



2005 2007 2009 2011 2013 2015 2017

—●— Meta INEP —●— Meta PNE —●— Brasil —●— Goiás —●— Meta GMCI

Evolução das ENTREGAS

Grupos de Gestão Escolar Formados

concluído
224

pactuado **224**

Ciclo da ADA Realizado

concluído
9

pactuado **10**

Material de Apoio Aluno/Professor Distribuídos

concluído
2.194.275

pactuado **2.194.275**

Resultado do IDEB 2017 – Ensino Fundamental II e Ensino Médio – Estado de Goiás voltou à primeira colocação no ranking nacional

Mudança da cultura na gestão de projetos nas equipes que participaram do GMCI

DESAFIO PACTUADO

CONQUISTAS e AVANÇOS





Ciclo da ADA

Aprender + (5º ano EFI, todo EFII e todo EM)

Aprender + Ensino Fundamental I (provocação nascida da Aliança Municipal)

Tutoria Focal (modelo antigo)

Construção do livro da Relação Família Escola (Fundamentos e Processo de implantação para ser replicado na rede)

EM EXECUÇÃO

PRA ONDE OLHAR

Qualificar a efetividade da utilização e resultados provocados pelo Aprender+, a partir da perspectiva dos professores

Potencializar utilização dos resultados da ADA, a fim de propiciar intervenções pedagógicas pertinentes antes do início dos próximos bimestres

Fortalecer a relação SEDUCE – Regionais (Coordenadorias Regionais de Educação) para que as unidades regionais sintam-se mais pertencentes e envolvidas no processo de criação das ações de desenvolvimento educacionais, com o objetivo de torná-las mais efetivas e evitar a descontinuidade de ações



Aumentar o percentual de rodovias boas e ótimas



INDICADOR
PROPORÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS COM ESTADO ÓTIMO/BOM

DADO OFICIAL PESQUISA CNT 2014

5,3

14ª

2014



9ª

2017

ÚLTIMO DADO OFICIAL PESQUISA CNT 2017

14,3

META 2018

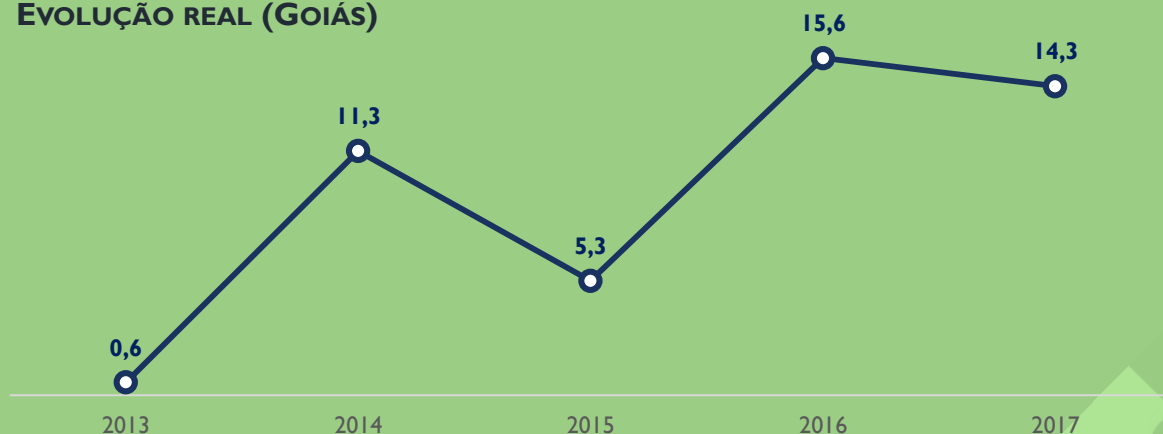
80,0

LEGENDA ● MELHOROU ● MANTEVE ● PIOROU

Avaliação do estado geral das principais rodovias estaduais pavimentadas (Péssimo, Ruim, Regular, Bom ou Ótimo), através da qualificação do Pavimento, Sinalização e Geometria da Via.

Fonte: Pesquisa CNT

EVOLUÇÃO REAL (GOIÁS)



DESAFIO PACTUADO

CONQUISTAS e AVANÇOS

Evolução das ENTREGAS

Medição de Qualidade das Rodovias Realizada

concluído
3

pactuado
3

Sinalização Implantada Km

concluído
2.220

pactuado
3.091

Defensas Implantadas Km

concluído
94.420

pactuado
103.078

Reconstrução Km

concluído
340 km

pactuado
476

Duplicação de Rodovias Km

concluído
80 km

pactuado
93,28

Duplicação quase finalizada de rodovias importantes como GO's 070 e 080

Reconstrução finalizada dos trechos das GO's

- 139 – Caldas Novas/Marzagão
- 164 – Sanclerlândia/Entroncamento GO070
- 174 – Montevidiu/Anel Viário de Rio Verde/Contorno de Rio Verde
- 213 – Ipameri/Caldas Novas
- 217 – Entroncamento BR153/Piracanjuba
- 338 – Contorno de Pirenópolis/Serra dos Pirineus

Reconstrução em andamento dos trechos das GO's:

- 060 – Iporá/São Luís de Montes Belos/Firminópolis
- 080 – Goiânia/Nerópolis
- 178 – Itajá/Itarumã/Caçu/Entroncamento BR364

Elaboração e utilização de Nova Metodologia de Avaliação de Rodovias na AGETOP, segundo padrão CNT





EM EXECUÇÃO

**Contratos de Manutenção
(parcialmente paralisados por falta de
pagamento)**

PRA ONDE OLHAR

**Institucionalizar a metodologia de avaliação, com
programação anual em tempo hábil para que os
resultados se reflitam na medições da CNT**

**Abordar construção/pavimentação de novos trechos
(CNT acrescenta de tempos em tempos novos trechos na avaliação)**

**Firmar parcerias com órgãos reguladores para
aumento de qualidade de serviços entregues por
empreiteiras (Manutenção e Construção/Reconstrução)**

**Avançar a implantação de Concessões Rodoviárias
(possibilidade de continuar o projeto anterior
que foi para elaboração do Edital)**



Aumentar esgotamento sanitário adequado

INDICADOR
**PORCENTAGEM DE DOMICÍLIOS COM REDE
 COLETORA DE ESGOTO OU FOSSA SÉPTICA**

DADO OFICIAL
 PNAD
 2013

56,4

17^a
 2013



11^a
 2015

ÚLTIMO
 DADO OFICIAL
 PNAD
 2015

76,7

META
 2018

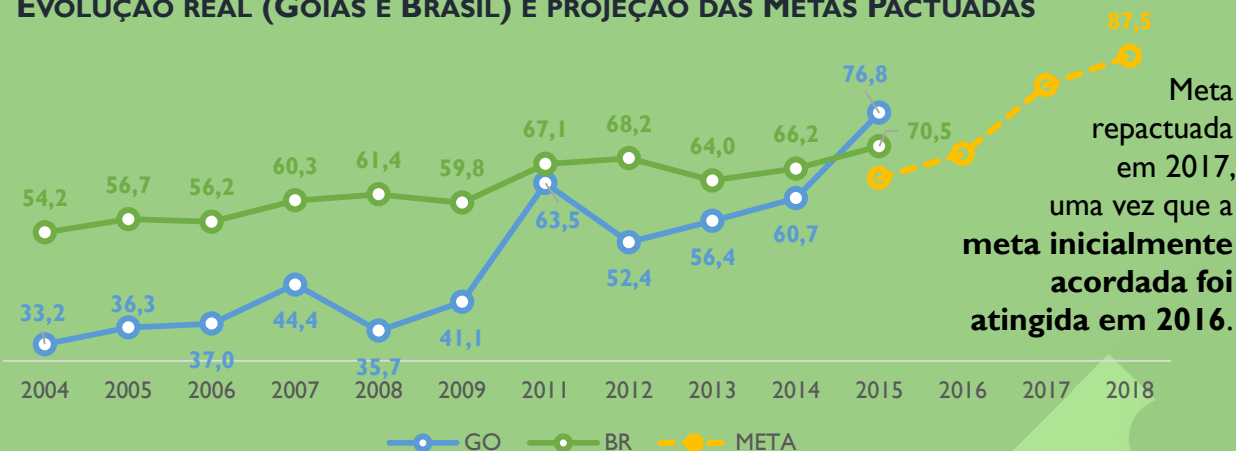
87,5

LEGENDA ● MELHOROU ● MANTEVE ● PIOROU

O indicador mede o percentual de domicílios com rede coletora de esgoto ou fossa séptica, baseado em dados da PNAD*. O objetivo maior de sua ampliação é a promoção da saúde, uma vez que muitas doenças podem proliferar devido à carência de medidas de saneamento.

* PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios / IBGE

EVOLUÇÃO REAL (GOIÁS E BRASIL) E PROJEÇÃO DAS METAS PACTUADAS



DESAFIO
 PACTUADO

CONQUISTAS e
 AVANÇOS

Novos domicílios atendidos
 com rede de esgoto



pactuado **284.415**

Evolução das ENTREGAS

Seminário “Sanear Goiás”,
 em parceria com o MP, Funasa e Crea,
 acerca das fossas sépticas com representantes
 de 85 municípios (população até 5.000 hab)

Distribuição de cartilhas para orientação para adoção da
 fossa séptica, quando da ausência de rede coletora de
 esgoto, bem como sugestão para elaboração de legislação
 mais restritiva com foco nos novos loteamentos

Diagnóstico dos 21 municípios autônomos,
 com informações sobre Abastecimento de Água, Esgotamento
 Sanitário, Resíduos Sólidos e Drenagem Urbana

Cobertura de 78,8 %, dos municípios com rede coletora de
 esgoto ou fossa séptica/sumidouro.

171.290 domicílios atendidos, com rede coletora de esgoto

Instituição da Política Estadual do Saneamento Básico
 (Lei 19.453/2016)





EM EXECUÇÃO

Elaboração do Plano Estadual de Saneamento Básico - a FUNAPE/UFG foi contratada e embora tenha realizado a entrega de 3 produtos, o pagamento não foi realizado e por isto as atividades foram suspensas e aguardam a regularização

PRA ONDE OLHAR

Conscientizar os gestores municipais para adoção de fossa séptica como alternativa à ausência de rede coletora

Concluir a elaboração e implantar o Plano Estadual de Saneamento Básico, como prioridade governamental alinhada à preservação ambiental e promoção de saúde pública



Diminuir a incidência de crimes contra a vida

INDICADOR
NÚMERO DE HOMICÍDIOS POR 100.000
HABITANTES

DADO OFICIAL
DATASUS
2013

46,2

25^a

2013



20^o

2016

ÚLTIMO
DADO OFICIAL
DATASUS
2016

44,9

META
2018

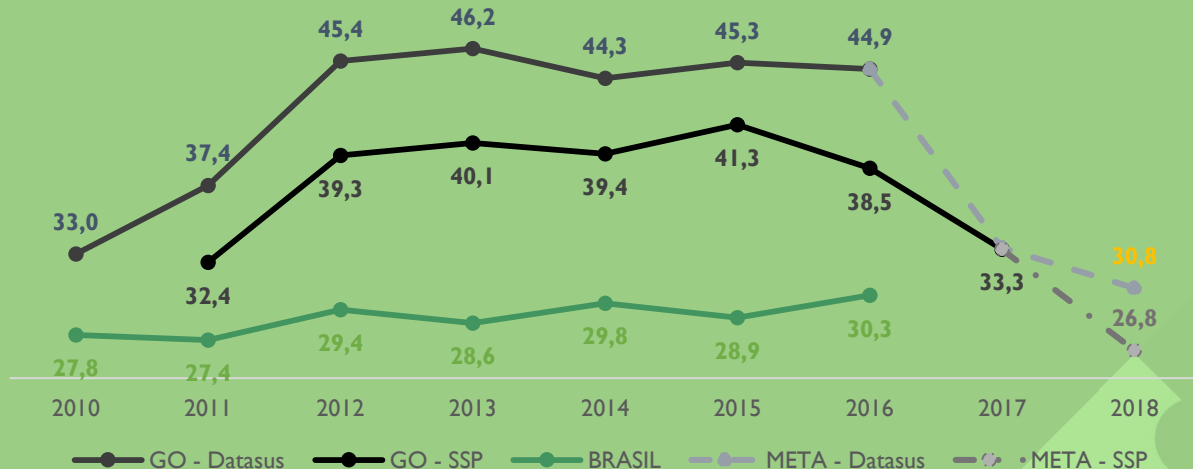
30,8

LEGENDA ● MELHOROU ● MANTEVE ● PIOROU

O indicador reflete o número de Homicídios por 100 mil habitantes. No indicador DataSUS, são incluídas as CID10: X85-Y09 Agressões e Y35-Y36 Intervenções legais e operações de guerra. O indicador da SSP refere-se apenas a homicídios dolosos, não incluindo latrocínios e intervenções policiais.

Fonte: Datasus / SSP

EVOLUÇÃO REAL (GOIÁS E BRASIL) E PROJEÇÃO DAS METAS PACTUADAS



DESAFIO
PACTUADO

CONQUISTAS e
AVANÇOS

Tablets para
lavratura de
TCO



pactuado
620

Evolução das ENTREGAS

Construção do IML de Itumbiara

Construção dos presídios de Formosa, Anápolis e adequações nos presídios de Jataí e POG

Criação do Observatório do Sistema Penitenciário

Publicação da Lei 19.984/18 que dispõe sobre indenização para cumprimento de mandados de prisão de homicidas

Inclusão de tablets com impressora térmica em algumas viaturas para registro on-line de ocorrências





EM EXECUÇÃO

**Ampliação dos canais de monitoramento -
Sistema SOMBRA**

**Aquisição e instalação de Rádios Digitais
para comunicação**

**Implementação de Inquérito e Laudo Pericial
em formato digital**

PRA ONDE OLHAR

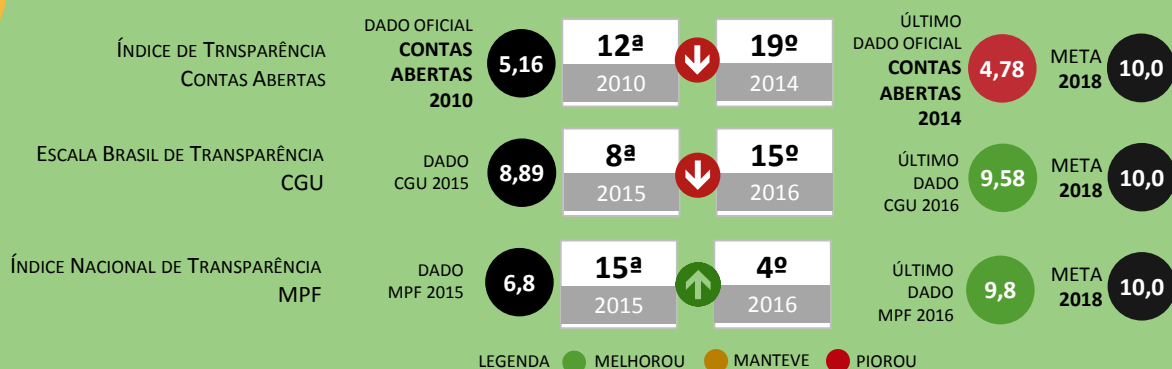
**Fomentar projetos com escopo específico para
combate à circulação de armas de fogo ilegais**

**Promover maior integração das inteligências das forças
policiais visando desestruturar o crime organizado**

**Sensibilizar o município para formação de alianças
concretas e efetivas, conscientizando-o de seu papel
importante na combate à criminalidade, ainda que este
não seja de sua competência legal**



Ampliar a transparência e a prestação de contas à sociedade



Mede a transparência estadual levando em conta três critérios: **Conteúdo** (sobretudo referente a execuções orçamentárias e financeiras); **Série Histórica e Frequência de Atualização** (quão longa é e quão frequentemente é atualizada); e **Usabilidade** (disposição do conteúdo, interação e possibilidade para downloads).

O indicador de transparência da organização “Contas Abertas”, pactuado no desafio, não foi atualizado após a pactuação. Os indicadores do MPF e da CGU também não foram atualizados depois de 2016. Não há conhecimento de um indicador de transparência com histórico e periodicidade constantes.

Evolução das ENTREGAS

O desafio foi concluído após a finalização dos projetos previstos para o fim de 2016. Estes projetos orbitavam ações de melhoria de acessibilidade e apresentação de informações no site de transparência. À época, o último ranking publicado era do MPF (2015/2) onde o Estado de Goiás figurava na primeira posição.

Publicação do novo site da Transparência

Alcance de bons índices de transparência nas últimas avaliações

MPF

2015 nota 6.8 – 15^o posição
2016 nota 9.8 – 4^o posição

CGU

2015/1 nota 8.89 – 8^o posição
2015/2 nota 10 – 1^o posição
2017 nota 9.58 – 15^o posição





EM EXECUÇÃO

Projetos encerrados em 2016

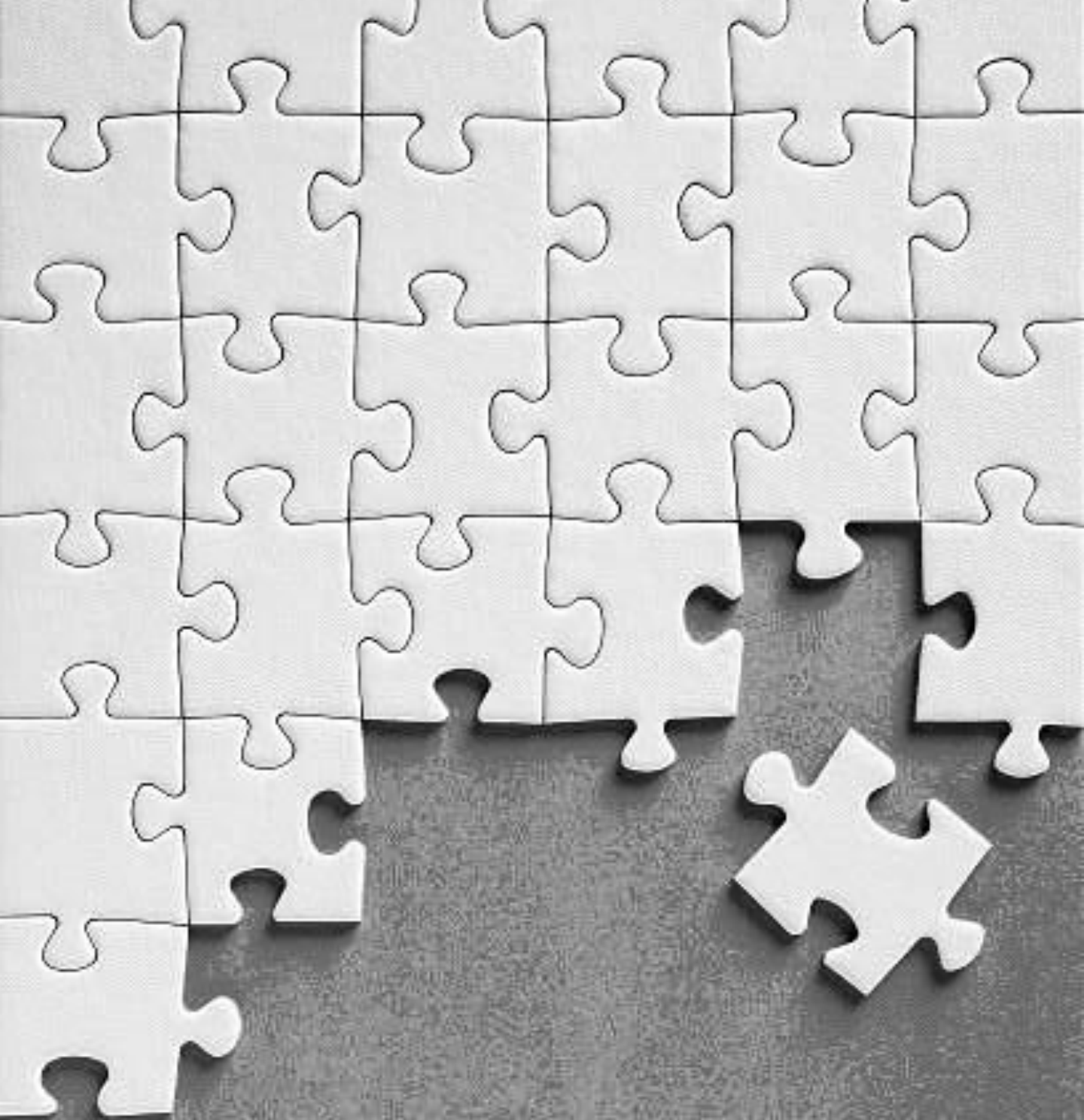
PRA ONDE OLHAR

O desafio de transparência idealizado em 2015 foi alicerçado nos indicadores então disponíveis que visavam principalmente observar o cumprimento da LAI (Lei de Acesso a Informação)

As iniciativas do MPF e da CGU tinham por objetivo fomentar uma rápida adequação das administrações públicas aos itens básicos da LAI sem maior ambição quanto a uma enormidade de inovações possíveis no que diz respeito a uma ampla plataforma de dados abertos e o fomento da participação civil no acesso, análise e sugestão de soluções de gestão pública e de implementação de políticas públicas

Fomentar, verdadeiramente, participação e controle social por meio de políticas de aprimoramento do uso de dados abertos





Desafios
Cancelados
e/ou
Descontinuados

DESAFIO PACTUADO

**Aprimorar os serviços públicos
ofertados ao cidadão**

DIFICULDADES ENCONTRADAS

O projeto para concessão administrativa das unidades de atendimento integrado ao cidadão (Vapt Vupt) por meio de Parceria Pública Privada, que estivera em gestação antes da concepção deste desafio, possuía áreas de intersecção com os objetivos iniciais do desafio, ainda que as metas e objetivos destes fossem diferentes.

A decisão por incluir o projeto de PPP Vapt Vupt no escopo do desafio não foi suficiente para que o sistema de governança o acompanhasse a contento, entre outras coisas, devido a sua complexidade e tempos próprios de maturação, culminando assim pela decisão de retirada deste desafio da carteira de desafios prioritários.

PRA ONDE OLHAR

Há muito espaço para avanços em práticas de governo eletrônico no Estado de Goiás que trariam benesses imediatas, seja no viés de economicidade seja quanto a experiência do cidadão ao demandar ou ser demandado de um serviço que esteja disponível eletronicamente e de forma menos burocrática.

Romper as dificuldades de integrações de dados entre secretarias

Governo “enxergar” cidadão único

Cidadão “enxergar” governo único - portal de serviços (um só lugar, todos os serviços – com personalização em login)

Ampliar oferta de serviços digitais em substituição aos presenciais, quando possível.

DESAFIO PACTUADO

**Ampliar e qualificar o investimento
em ciência, tecnologia
e inovação**

DIFICULDADES ENCONTRADAS

A alta rotatividade de dirigentes da Secretaria de Desenvolvimento – SED, agenda prioritária concorrente, o acúmulo de responsabilidades desta pasta, e o baixo comprometimento de alguns responsáveis de projeto pesaram para que as tomadas de decisão relacionadas aos desafios sob sua responsabilidade não acontecessem a contento ou em tempo hábil.

PRA ONDE OLHAR

O indicador de dispêndio em C&T é calculado exclusivamente com dados contábeis da execução orçamentária estadual, sendo portanto pouco significativo para se emitir juízo sobre as políticas de desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação.

Fomentar inovação em governo, incluindo a criação de um laboratório de inovação, a exemplo de outros entes governamentais, federais e estaduais.

DESAFIO PACTUADO

**Democratizar as oportunidades
de empreendedorismo**

DIFICULDADES ENCONTRADAS

Para efetivação das propostas elencadas no programa, a JUCEG deveria negociar estratégias a serem executadas e/ou apoiadas por outras entidades, a exemplo da SED (Desenvolvimento Estadual), Goiás Fomento e SEBRAE.

Por conta de suas responsabilidades eminentemente cartoriais, os avanços acabaram não ocorrendo nesse sentido, tendo sido limitados apenas ao escopo de atuação da autarquia.

PRA ONDE OLHAR

Sob a perspectiva da JUCEG houve um grande avanço relacionado ao tempo processual para abertura de empresas. O tempo médio de tramitação de um processo dessa natureza em 2016 era de 7 dias, em agosto de 2018 este tempo médio já era de 8 horas.

Avanços deste tipo são resultado da simplificação de processos, disponibilização eletrônica de serviços e integração de dados entre entes da administração pública, inclusive união e municípios.

Fomentar iniciativas de economia criativa e startups.

DESAFIO PACTUADO

Promover a Expansão da Oferta da Educação Profissional no Estado

DIFICULDADES ENCONTRADAS

A alta rotatividade de dirigentes da Secretaria de Desenvolvimento – SED, agenda prioritária concorrente, o acúmulo de responsabilidades desta pasta, e o baixo comprometimento de alguns responsáveis de projeto pesaram para que as tomadas de decisão relacionadas aos desafios sob sua responsabilidade não acontecessem a contento ou em tempo hábil.

PRA ONDE OLHAR

Políticas públicas voltadas à educação profissional precisam olhar de forma ampla para todos os atores que fornecem este tipo de formação. Nos últimos anos houve uma opção para a construção de novas unidades de ensino e posterior contratação de Organizações Sociais para administrá-las, em contraponto a ações de parceria com entes que já possuem capilaridade no estado, a exemplo dos componentes do sistema S.

Vale destacar que o indicador só considera cursos de no mínimo 180 horas/aula.

A política de ensino profissionalizante deve estar alinhada com a política de educação superior, de forma complementar.

DESAFIO PACTUADO

Solidez Fiscal do Estado

Pactuados os indicadores de Autonomia Fiscal, Capacidade de Investimento, Resultado Nominal, Resultado Primário, Solvência Fiscal, Sucesso da Execução Orçamentária e o Rating de Situação Fiscal da STN

DIFICULDADES ENCONTRADAS

A inclusão dos assuntos fiscais na carteira de desafios deveria servir não só para melhor acompanhar as metas fiscais, mas também para tentar qualificar e priorizar os gastos, envolvendo a SEFAZ nas reuniões de governança do programa. Assim, tanto a SEFAZ vivenciaria a situação dos demais projetos prioritários, bem como os demais órgãos e entidade compreenderiam a real saúde financeira do Estado.

Importante destacar, porém, que neste desafio não houve cogestão junto à Sefaz, a qual apenas repassava as informações de atualização dos indicadores. Não houve monitoramento de projetos como nos demais órgãos.

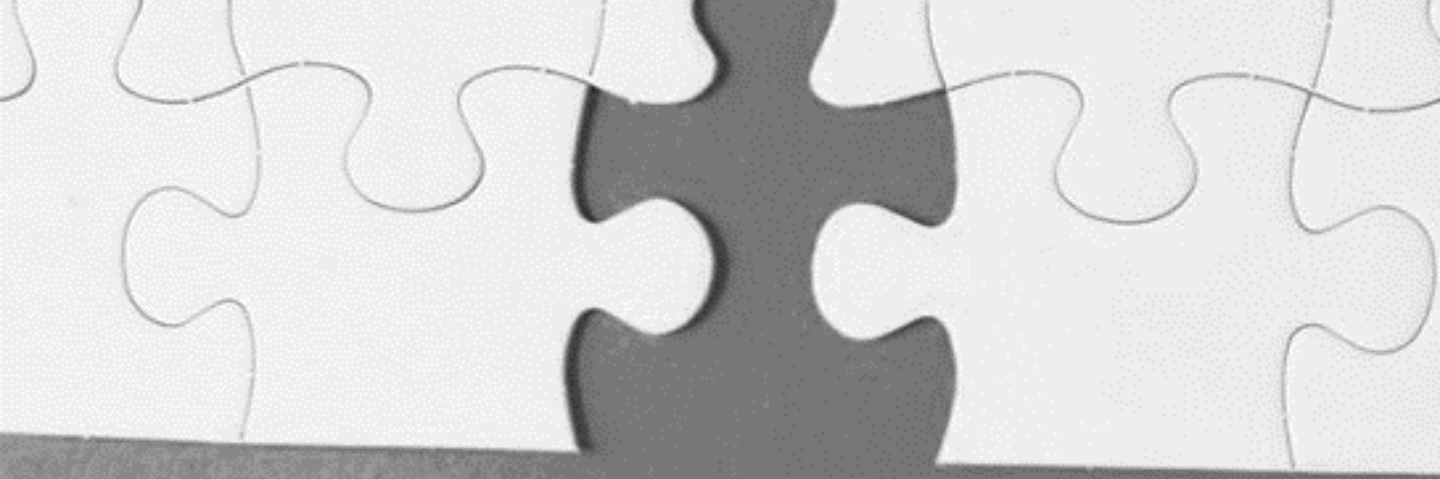
PRA ONDE OLHAR

Alinhar a política fiscal do Estado à alocação prioritária e estratégica de recursos

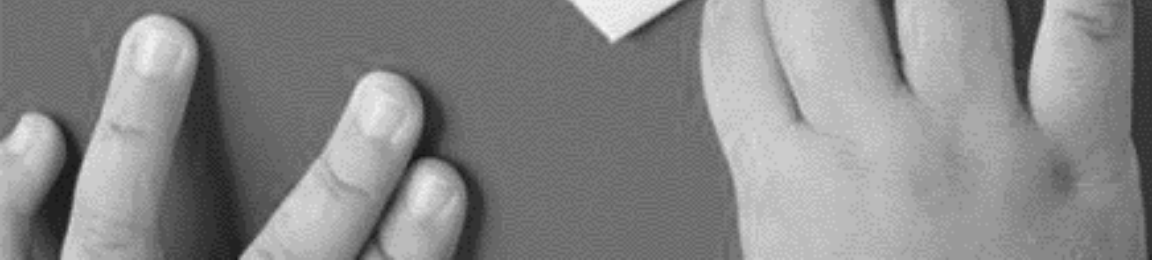
Implantar centro de custos efetivo

Orçamento projetizado para carteira prioritária

Unificar, efetivamente, os processos de planejamento governamental e execução orçamentária do Estado



Aliança Municipal





CONVERGÊNCIA DE ESFORÇOS

entre Estado e Município por meio de um planejamento e atuação integrados

no intuito de melhorar indicadores sociais que impactam positivamente na qualidade de vida do cidadão.

Aliança Municipal pela Competitividade

06 desafios fazem parte do escopo da Aliança Municipal pela Competitividade

DIMINUIR A INCIDÊNCIA DE CRIMES CONTRA A VIDA

REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL

AMPLIAR O ACESSO À ATENÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE

PROMOVER O ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL

ELEVAR A QUALIDADE DO APRENDIZADO DOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA

REDUZIR O DÉFICIT HABITACIONAL

Temas de **responsabilidade conjunta e específicas** do Estado e dos Municípios.

Criticidade do tema para os entes, e não a **competência legal** atribuída a cada um.



PARTICIPAM TODOS os **246**
MUNICÍPIOS GOIANOS COM
ABORDAGENS DISTINTAS,
SEGUNDO SEGMENTAÇÃO POR GRUPOS.

Aliança Municipal pela Competitividade

SEGMENTAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

CRITÉRIOS PRIORITÁRIOS

- GRUPO COM **ALTO IMPACTO SOBRE OS INDICADORES FINALÍSTICOS** E ALTA REPRESENTATIVIDADE EM NÍVEL ESTADUAL
- **MAIORES** MUNICÍPIOS EM TERMOS **POPULACIONAIS**, COM PELO MENOS **UM** DE **CADA REGIÃO ADMINISTRATIVA** DO ESTADO

REPRESENTATIVIDADE

DESEMPENHO

GERAL



24

Municípios

56

Municípios

166

Municípios



PRIORITÁRIOS

FOCAIS

GERAL

○ GRUPO DE PRIORITÁRIOS REPRESENTA

- **66%** DA **POPULAÇÃO** DO ESTADO
- **77%** DOS **HOMICÍDIOS** REGISTRADOS NO ESTADO
- **67%** DOS **ÓBITOS INFANTIS** REGISTRADOS NO ESTADO
- **62%** DOS **ALUNOS EDUCAÇÃO BÁSICA** - REDE PÚBLICA TOTAL
- **67%** DA **POPULAÇÃO DE 0 A 5 ANOS** EDUCAÇÃO INFANTIL
- **71%** DO **DÉFICIT HABITACIONAL ABSOLUTO** DO ESTADO



ADESÃO E INSTRUMENTOS

PROTOCOLO GERAL DE INTENÇÕES

Governador e Prefeitos

TERMO DE COMPROMISSO

Secretários Estaduais e Municipais

PLANO DE AÇÃO

Equipes técnicas dos dois entes

Aliança Municipal pela Competitividade

INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA PARALELAS E COMPLEMENTARES

PREFEITO

SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

COMITÊ MUNICIPAL

EQUIPES TÉCNICAS MUNICIPAIS

GOVERNADOR

SECRETÁRIOS ESTADUAIS

CENTRAL DE RESULTADOS (EXECUTIVOS PÚBLICOS)

EQUIPES TÉCNICAS ESTADUAIS





PRINCIPAIS DESTAQUES



Aliança Municipal pela Competitividade

**Assinatura do
Protocolo Geral
de Intenções
com os 24
municípios
prioritários**

**Elaboração dos
Cadernos de Entregas
e Resultados**

**Visitas técnicas
presenciais nas
prefeituras**

**Criação de 16
Comitês Municipais**

**Elaboração de 118
Planos de Ação
Municipais**

**48 horas de capacitação em
temas relacionados à
liderança, diagnóstico e
análise de indicadores,
inovação, gestão estratégica e
políticas públicas, gestão de
equipes de alto desempenho,
governança para resultados**

**Capacitação de 144 pessoas
das equipes municipais**

**Concepção e disponibilização
de ferramenta para
monitoramento dos Planos de
Ação Municipais**

**Concepção e disponibilização
do Diagnóstico de Gestão
Municipal para os 246
Municípios**



**PRA ONDE
OLHAR**



Aliança Municipal pela Competitividade

Buscar o efetivo engajamento das principais lideranças municipais e estaduais envolvidas nos desafios selecionados

Garantir persecução constante dos objetivos e resultados definidos e acordados

Promover ambiente de colaboração e responsabilidade compartilhada para superação de desafios

Fomentar compartilhamento sistemático de conhecimentos e informações entre Estado e Municípios

Rodar um modelo de governança que suporte o monitoramento e avaliação dos resultados das ações definidas

Qualificar a aplicação e o gerenciamento dos recursos financeiros, estruturais e humanos em torno dos desafios prioritários

Fomentar a cultura de gestão e governança para resultados nas gestões municipais



ENTRE EM

contato



fb.com/centralderesultadosgo



[centralderesultados@
segplan.go.gov.br](mailto:centralderesultados@segplan.go.gov.br)



(62) 3201-5709 | 5713

